

A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA
Strohaecker, Tânia Marques¹

1 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil.

A zona costeira constitui-se em uma parcela privilegiada do território brasileiro quanto aos recursos naturais, econômicos e humanos, configurando-se como patrimônio nacional¹. Os ecossistemas costeiros resultam da interação de ambientes marinhos e terrestres caracterizados por recortes litorâneos, pela diversidade biológica e fragilidade ambiental, sofrendo influência tanto de processos naturais quanto antrópicos.

O território brasileiro apresenta um litoral com grande diversidade fisiográfica atingindo mais de 8.500 km de extensão, desde o rio Oiapoque, no setor setentrional, até o arroio Chuí, no setor meridional, correspondendo a 32% do total das fronteiras nacionais. A zona costeira brasileira possui uma superfície de cerca de 600 mil km², dos quais aproximadamente 450 mil km² correspondem ao território dos 395 municípios distribuídos em 17 estados costeiros, os restantes 150 mil km² constituem o Mar Territorial. Aproximadamente 39 milhões de habitantes (23,43%) da população total do país residem na zona costeira, perfazendo uma densidade demográfica de 88 hab/km², portanto, bem superior à média nacional (19,3 hab/km²), concentrando-se, principalmente, em 16 das 28 regiões metropolitanas existentes no país.

Nesse contexto, pretende-se analisar a atual configuração socioespacial da zona costeira brasileira através da identificação de seus principais vetores de desenvolvimento e de suas especificidades e variações regionais. A operacionalização da pesquisa baseou-se no levantamento de dados previamente selecionados dos censos demográficos de 1991 e 2000 e em um conjunto de referências bibliográficas que fundamentaram a análise espacial, contextualizando a temática aos processos em curso no território nacional e, em particular, na zona costeira. O texto está organizado em tópicos que procuram direcionar, metodologicamente, a análise, a partir da identificação dos processos mais gerais até a indicação das singularidades e variações nas escalas macro-regional, estadual, metropolitana e municipal. Em síntese, o trabalho visa

¹ Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Capítulo VI, Artigo 225, Parágrafo 4º, a Floresta Amazônica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são considerados Patrimônio Nacional, ou seja, o conjunto de bens de uso comum, cujas características especiais lhe conferem posição especial, exigindo a preservação de suas condições básicas de existência.

contribuir com subsídios para a implementação de políticas públicas de caráter intersetorial e interinstitucional relacionados à zona costeira.

Antecedentes

A configuração atual da zona costeira brasileira é resultado de ações implementadas no território desde o período colonial, destacando-se as conexões a partir de eixos estruturais que direcionaram os fluxos internos diretamente aos portos marítimos onde foram implantados nas proximidades os primeiros núcleos urbanos. Esse padrão disperso de ocupação ao longo da costa atlântica reforçou o papel de determinadas vilas e cidades, decorrente da valorização econômica diferenciada de suas hinterlândias em diferentes momentos históricos.

No entanto, é necessário destacar-se que a configuração pretérita do território brasileiro não apresentava vocação econômica litorânea (MORAES, 1999). Os espaços econômicos coloniais localizavam-se nas áreas mais internas onde as atividades agrícolas, pecuárias e de mineração tinham relevância.

A constituição de um conjunto de cidades portuárias isoladas expressa, acima de tudo, a dependência do país na divisão internacional do trabalho estruturado em um modelo agroexportador de produtos como pau-brasil, cana-de-açúcar, cacau, ouro, algodão, borracha e café, condicionando uma rede dendrítica interna de vilas e povoados e uma desconexão espacial entre os núcleos litorâneos.

Assim, as principais vilas e cidades litorâneas implantadas no período colonial foram Salvador, Olinda, Recife, São Luís, Belém, Fortaleza, Vitória, Rio de Janeiro, Parati, Santos e São Vicente. A colonização mais tardia do Brasil meridional, a partir de meados do século XVIII, condicionou uma ocupação rarefeita e com poucos núcleos costeiros, destacando-se São Francisco do Sul, Ilha do Desterro (Florianópolis), Laguna, Rio Grande e Viamão.

O modelo econômico agroexportador perdurou até a década de 1930, quando o estágio da substituição de importações marcou um período de transição da economia nacional para um novo modelo urbano-industrial implementado pelo Estado a partir do final da década de 1950, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Assim, além desse eixo estrutural de produção industrial, as principais capitais estaduais localizadas na costa litorânea passaram a apresentar um crescimento demográfico

significativo decorrente da concentração espacial das atividades produtivas e das possibilidades de trabalho para as camadas médias.

O dinamismo das classes médias urbanas impulsionou, a partir da década de 1960, a demanda por habitações para fins de segunda residência nas áreas litorâneas próximas aos grandes centros (SEABRA, 1979; COELHO, 1988; STROHAECKER, 2007), ampliando a ocupação e a diversificação econômica da zona costeira com a atuação de diferentes agentes dependentes da promoção imobiliária (proprietários fundiários, incorporadores, corretores, profissionais liberais, comerciantes, prestadores de serviços, operários da indústria da construção civil).

Quadro Geral da Zona Costeira

Atualmente, a zona costeira brasileira apresenta dois conjuntos espacialmente distintos de desenvolvimento socioeconômico, conforme sintetiza a Figura 1:

a) o primeiro, compreendendo boa parte da costa oriental atlântica, desde o estado do Rio Grande do Sul até a região metropolitana de Fortaleza, caracteriza-se pela significativa ocupação, primordialmente de perfil urbano e pela valorização do uso do solo, inclusive nos espaços intersticiais ao urbano, decorrentes da manutenção de estoques de terras para fins mercantilistas no médio e longo prazo. No entanto, persistem nesse segmento da costa brasileira grandes extensões de terra com baixa densidade demográfica, decorrentes de atividades econômicas como a silvicultura, a orizicultura, a pesca, a agricultura e pecuária extensivas;

b) o segundo, compreendendo o restante do litoral setentrional, desde a região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, em direção ao estado do Amapá a oeste, na divisa com a Guiana Francesa, caracteriza-se pela ocupação mais rarefeita, constituída principalmente por comunidades tradicionais envolvidas com o extrativismo e a pesca artesanal, por grandes extensões de terra desocupadas, dezenas de municípios com pequena densidade demográfica, mas com destaque para importantes polos de centralidade regional como Parnaíba (PI) e Macapá (AP), e as concentrações metropolitanas de Belém (PA) e São Luís (MA).

A proporção de população residente na zona costeira, em relação ao total da população do país, no período 1991-2000, manteve-se praticamente estável (23,43%), conforme indica a Tabela 1. Portanto, apesar da tendência de

desconcentração populacional e da formação de novas territorialidades urbanas não metropolitanas no interior do país (BAENINGER, 2003), o movimento de interiorização da urbanização parece não ter afetado a concentração populacional na zona costeira.

Tabela 1 – População residente no país e na zona costeira (1991-2000)

Ano	População residente		Proporção (%)
	Total	Zona Costeira	
1991	146 825 475	34 315 455	23,37
2000	169 799 170	39 781 036	23,43

Fontes: IBGE, Censo demográfico 1991. IBGE, Contagem da população, 1996. IBGE, Censo demográfico 2000. BRASIL. Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004. *Estudos e pesquisas*. IBGE, 2004.

Figura 1 – Densidade Populacional da Zona Costeira (hab/km²) - 2000



Fonte: MMA, 2008.

De fato, no espaço de uma década, amplia-se o número de regiões metropolitanas no país de 9 para 28 e na zona costeira, em particular, de 5 para 16. Esse crescimento numérico indica uma tendência de expansão das estruturas metropolitanas, conferindo uma complexidade maior aos espaços litorâneos, decorrente da pressão antrópica sobre os ambientes naturais.

A maior concentração demográfica ocorre nas 16 regiões metropolitanas litorâneas, onde residem 30.580.809 habitantes, representando 76,87% da população total da zona costeira (Tabela 2). Esses indicadores confirmam a importância do processo de urbanização como vetor de desenvolvimento para a maioria dos estados litorâneos..

Tabela 2 – Regiões metropolitanas na zona costeira (ZC), população total residente nos municípios integrantes da ZC e participação percentual em relação aos estados – 2000

Estados	Regiões Metropolitanas	População Residente 2000		Participação (%)
		RM	Estado	RM/Estado
Belém	RM de Belém	1 795 536	6 182 307	29,0
Maranhão	RM da Grande São Luís	1 070 688	5 651 475	18,9
Ceará	RM de Fortaleza	2 956 213	7 430 661	39,8
Rio Grande do Norte	RM de Natal	1 007 478	2 776 782	36,3
Paraíba	RM de João Pessoa	892 650	3 623 215	24,6
Pernambuco	RM do Recife	3 337 565	7 918 344	42,1
Alagoas	RM de Maceió	914 682	2 822 621	32,4
Sergipe	RM de Aracajú	675 667	2 000 738	33,8
Bahia	RM de Salvador	3 021 572	13 070 250	23,1
Espírito Santo	RM da Grande Vitória	1 425 587	3 097 232	46,0
Rio de Janeiro	RM do Rio de Janeiro	10 827 624	14 391 282	75,2
São Paulo	RM da Baixada Santista	1 476 820	37 032 403	4,00
Santa Catarina	RM de Florianópolis	691 455	5 356 360	12,9
	RM da Foz do Rio Itajaí	319 389		5,96
	RM do Norte/Nordeste Catarinense	56 598		1,06
	RM de Tubarão	111 285		2,07
Total		30 580 809	-	-

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000.

Observação: Os dados não incluem todos os municípios integrantes das regiões metropolitanas, mas apenas aqueles localizados na ZC, conforme estabelecem a Lei 7.661/88 e o Decreto 5.300/04.

A macrorregião que apresenta as densidades mais altas na zona costeira é a Sudeste, reforçando e reafirmando o caráter concentrador da urbanização devido aos condicionantes históricos, políticos e econômicos (MORAES, 1999). O estado do Rio de Janeiro apresenta o maior número de municípios costeiros com densidades superiores a 1.000 hab/km², como é o caso da própria capital, de Niterói, dos municípios da Baixada Fluminense e da periferia da região metropolitana.

No estado de São Paulo, a maior concentração populacional ocorre na região metropolitana da Baixada Santista, com densidades superiores a 1.000 hab/ km², como é o caso dos municípios de São Vicente, Guarujá, Santos, Praia Grande e Iguape. No restante dos municípios costeiros paulistas predominam as densidades médias. A exceção é o estado do Espírito Santo que possui apenas três municípios com densidades superiores a 1.000 hab/ km² (Vitória, Vila Velha e Cariacica). Nesse estado predominam as baixas densidades, com padrão similar ao encontrado no litoral sul da Bahia. As regiões Nordeste, Norte e Sudeste apresentam a maior proporção da população total dos respectivos estados residindo na zona costeira, com destaque, respectivamente, para o Amapá e Pará; Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia; Rio de Janeiro e Espírito Santo, conforme indica a Tabela 3.

Tabela 3 – População residente e proporção da população residente na zona costeira no total da população residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente		Proporção da população residente na zona costeira (%)
	Total	Zona Costeira	
Brasil	169 799 170	39 781 036	23,4
Norte	12 900 704	3 217 569	24,9
Rondônia	1 379 787
Acre	557 526
Amazonas	2 812 557
Roraima	324 397
Pará	6 192 307	2 791 775	45,1
Amapá	477 032	425 794	89,3
Tocantins	1 157 098
Nordeste	47 741 711	17 359 323	36,4
Maranhão	5 651 475	1 543 582	27,3
Piauí	2 843 278	189 095	6,7
Ceará	7 430 661	3 631 718	48,9
Rio Grande do Norte	2 776 782	1 354 272	48,8
Paraíba	3 443 825	949 073	27,6
Pernambuco	7 918 344	3 541 566	44,7
Alagoas	2 822 621	1 156 712	41,0
Sergipe	1 784 475	902 526	50,6
Bahia	13 070 250	4 090 779	31,3
Sudeste	72 412 411	15 945 791	22,0
Minas Gerais	17 891 494
Espírito Santo	3 097 232	2 030 371	65,6
Rio de Janeiro	14 391 282	12 008 893	83,4
São Paulo	37 032 403	1 906 527	5,1
Sul	25 107 616	3 258 353	13,0
Paraná	9 563 458	235 595	2,5
Santa Catarina	5 356 360	1 821 745	34,0
Rio Grande do Sul	10 187 798	1 201 013	11,8

Fontes: IBGE, Censo demográfico 2000. BRASIL. Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004. *Estudos e pesquisas*. IBGE, 2004.

Além disso, constatou-se que houve uma ampliação do contingente populacional residindo nas áreas urbanas dos municípios da zona costeira brasileira. Em 293 municípios (74% do total), a população urbana já é majoritária, principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Com destaque para os municípios costeiros dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Por outro lado, o maior número de municípios com predominância de população rural ocorre nas regiões Norte e Nordeste, principalmente nos estados do Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte, totalizando 102 municípios (25,82%).

Os Vetores de Desenvolvimento

A ocupação da zona costeira no Brasil vem se intensificando nas últimas duas décadas decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a exploração do turismo (MORAES, 1999) e a reestruturação produtiva. A contextualização desses processos mostra-se essencial para o entendimento da dinâmica socioespacial da zona costeira brasileira na atualidade.

A urbanização do litoral é um fenômeno que se consolida como uma tendência nacional e, inclusive, internacional de valorização da costa por razões históricas, econômicas e, mais recentemente, culturais e ambientais. Os antecedentes históricos e econômicos reforçaram o caráter concentrador da urbanização na zona costeira, conforme anteriormente sintetizado.

A urbanização recente da zona costeira pela vertente cultural e ambiental reforça o seu caráter singular, identificando-a como espaço de lazer, recreação e, em alguns casos, de preservação. Nesse sentido, o processo de urbanização se consolida espacialmente, com a implantação de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência nas proximidades dos grandes centros urbanos litorâneos, e de complexos hoteleiros e *resorts* para o mercado turístico nacional e internacional em áreas privilegiadas pela beleza cênica.

Por sua vez, a exploração do turismo é um processo que requer a conjugação de esforços tanto públicos quanto privados na dotação de equipamentos, infraestrutura, bem como na qualificação dos recursos humanos. O incremento do turismo direcionado aos mercados nacional e internacional, através de recursos estatais

viabilizados pelo Prodetur² (Programa de Desenvolvimento do Turismo), tem promovido a implantação de novos polos turísticos, principalmente na costa nordestina (LIMONAD, 2007; SILVA e GOMES, 2007; SOUZA JR, 2005). O turismo de grande porte incrementa a diversificação econômica, a inserção de novos contingentes no mercado de trabalho formal e informal, mas também contribui para o processo de segregação socioespacial e para o comprometimento da qualidade ambiental dos ecossistemas costeiros.

A implementação da indústria nacional, iniciada na década de 1950, foi eminentemente concentradora no aporte de recursos energéticos, financeiros, humanos e de infraestrutura, em um contexto mundial de recessão econômica. Nesse sentido, a implantação de plantas industriais na zona costeira foi pontual e condicionada às políticas de Estado, dotando-a de acessibilidades e conexões tanto físicas quanto virtuais. A logística do transporte de longo curso, nesse particular, foi essencial para a valorização diferenciada dos complexos industriais e portuários ao longo da costa brasileira, atraindo outras atividades de caráter complementar. Por sua vez, o processo de reestruturação produtiva, implementado nas últimas duas décadas em espaços privilegiados quanto aos recursos naturais (principalmente petróleo e gás natural) e à logística de transporte, tem influenciado na relativa descentralização das atividades industriais, ainda que persista a centralização do poder decisório das corporações nas grandes cidades, notadamente, na metrópole São Paulo (SPOSITO, 2007). Os investimentos públicos e privados recentes na implantação e modernização de complexos industriais portuários³ nos estados do Nordeste, Sudeste e Sul indicam a preocupação do país em se adequar às demandas do mercado econômico mundial.

Dessa maneira, o quadro apresentado indica a sobreposição e a interconexão de processos atuantes na zona costeira brasileira: a urbanização, a exploração turística e a reestruturação produtiva. A contextualização espacial desses processos é essencial para o entendimento da dinâmica da zona costeira na atualidade, o que será motivo de detalhamento a seguir.

² Programa do Governo Federal que visa a expansão do turismo em moldes internacionais direcionado, primordialmente, para nove estados do Nordeste, Espírito Santo e norte de Minas Gerais. Os projetos selecionados visam melhorias na acessibilidade (aerportos, rodovias), no saneamento, na recuperação do patrimônio histórico, entre outras metas.

³ A Lei de Modernização dos Portos, Lei 8.630/93, visa melhorar a eficiência e a competitividade internacional dos sistemas portuários do país no contexto da economia globalizada.

Análise Espacial dos Segmentos da Zona Costeira

Para a sistematização da análise procurou-se integrar as informações levantadas em diferentes escalas, relacionando-as com os principais vetores de desenvolvimento da zona costeira recente. Dessa maneira, foi possível interpretar com maior nível de detalhe algumas situações pontuais nos diversos segmentos da zona costeira em que o cruzamento das informações apresenta maior relevância.

Segmento costeiro das regiões metropolitanas

As taxas mais altas de crescimento populacional correspondem, em sua maioria, às periferias das regiões metropolitanas e aos distritos rurais que fazem limite com os perímetros urbanos. Os prováveis fatores para a disseminação da urbanização para setores periféricos das regiões metropolitanas devem-se ao menor custo de vida nas periferias e à menor concorrência por postos de trabalho do que nas metrópoles, além de outras questões como melhorias nas opções de comércio e serviços, na acessibilidade viária, nos menores índices de criminalidade e de violência urbana.

Essas constatações revelam o caráter difusor da urbanização, incorporando gradativamente novos espaços à lógica mercantilista de parcelamento da terra para fins urbanos. A única exceção, no período 1991-2000, foi a da Região Metropolitana da Grande São Luís (MA), onde a taxa mais elevada de crescimento populacional ocorreu no núcleo metropolitano, decorrente da forte polarização exercida em toda a sua hinterlândia (funções político-administrativas, portuária, industrial, comercial e de serviços).

Por outro lado, o processo de reestruturação produtiva no país, capitaneado pelas grandes corporações⁴, tem priorizado as localizações que potencializam a formação e a qualificação da força de trabalho e que detenham sistemas tecnológicos inovadores em comunicação e logística, permitindo, assim, a redução dos custos de produção e de transporte. Nesse sentido, alguns municípios de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas costeiras que abrangem complexos portuários industriais como o de Santos (SP), Itaguaí (RJ), Rio Grande (RS), Itajaí (SC), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Suape (PE), Itaqui (MA), Pecém (CE) e Aratu (BA), apresentam um

⁴ Entre as grandes corporações, destacam-se a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Grupo Odebrecht, Grupo EBX, Usiminas, pela abrangência espacial de suas operações industriais e pelos impactos na economia regional e nacional.

dinamismo econômico e demográfico diferenciado em suas regiões, decorrente dos grandes investimentos públicos e privados na modernização dos sistemas portuários.

Por fim, a exploração turística e a promoção imobiliária de setores privilegiados da costa brasileira, sobretudo nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, diversificaram inicialmente a economia das principais capitais nordestinas e, na última década, ampliaram seus limites de atuação para outros municípios pertencentes às regiões metropolitanas, atraindo novos contingentes populacionais para as principais cidades. Esse processo tem como principais derivações ambientais: a impermeabilização do solo, a ocupação de áreas de risco e de preservação ambiental, a poluição hídrica e do solo, o comprometimento da balneabilidade das praias.

Segmento costeiro do estado do Amapá ao estado do Piauí

A análise dessa porção da zona costeira brasileira revelou uma ocupação incipiente, com baixas densidades demográficas e população majoritariamente rural. No entanto, destaca-se no conjunto dos estados o número significativo de emancipações municipais ocorrido nas últimas duas décadas. No Amapá (Cutias, Itauba, Santana), no Pará (Marituba, Quatipuru, Santa Bárbara do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, Tracuateua), no Maranhão (Água Doce do Maranhão, Apicum-Açu, Bacabeira, Bacurituba, Paulino Neves, Porto Rico do Maranhão, Raposa, Santo Amaro do Maranhão e Serrano do Maranhão), no Piauí (Cajueiro da Praia e Ilha Grande).

Muitos desses novos municípios apresentaram taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano, indicando a polarização que passam a exercer nos fluxos migratórios intra-regionais. A inserção da lógica mercantilista da terra urbana vai, gradativamente, se disseminando como, por exemplo, na implantação de pousadas, hotéis e loteamentos esparsos nas principais praias da região.

Além dos processos emancipatórios, há de se destacar a expansão da carcinicultura no estado do Piauí, principalmente no município de Cajueiro da Praia, onde se concentra metade das fazendas de cultivo de camarão marinho do estado (SAMPAIO et al, 2005). Essa atividade demanda uma quantidade significativa de postos de trabalho numa economia pouco diversificada e de baixa qualificação, atraindo contingentes populacionais de regiões vizinhas.

Segmento costeiro do estado do Ceará ao litoral da Bahia

Nesse setor da costa brasileira predominam os municípios com densidades médias de ocupação (de 50 a 200 hab/km²), com exceção do litoral sul baiano (baixa densidade) e das regiões metropolitanas (alta densidade). Nas últimas duas décadas, esse segmento da zona costeira apresentou como principal vetor de dinamização econômica e demográfica a exploração turística e imobiliária. Os investimentos públicos canalizados através do Prodetur-Nordeste vem qualificando seletivamente as redes de infraestrutura, de equipamentos e serviços turísticos para um mercado de padrão nacional e internacional. Vários polos turísticos estão projetados ou em implantação ao longo da costa nordestina como: a Costa do Sol (CE), Costa das Dunas (RN), Costa das Piscinas (PB), Costa dos Arrecifes (PE), Costa dos Corais (AL), Costa dos Coqueirais (Sergipe), Costa do Descobrimento (BA). Os financiamentos aprovados priorizam a modernização dos aeroportos regionais, a construção de rodovias margeando o litoral, melhorias nos acessos aos diversos balneários e o saneamento urbano em setores específicos da costa.

Nesse sentido, a promoção turística e imobiliária de agentes nacionais e estrangeiros⁵ é garantida com a implantação de complexos hoteleiros, *resorts*, parques temáticos, clubes privados, loteamentos, condomínios horizontais e verticais, para atender diferentes nichos de mercado e transformando, gradativamente, a paisagem litorânea em mercadoria. O setor terciário apresenta o maior crescimento nos núcleos urbanos litorâneos, incorporando o trabalho formal e informal de contingentes populacionais migratórios que se alojam nos setores mais periféricos das cidades ou nos setores rurais em processo de urbanização.

Além da exploração turística e imobiliária, há de se destacar a expansão da carcinicultura nos estados do Ceará (26% da produção total nacional), do Rio Grande do Norte (42%), Paraíba (4%), Pernambuco (6%), Sergipe (3%) e Bahia (10%), que concentram o maior número de fazendas do país. Essa atividade ampliou as oportunidades de trabalho para segmentos da população com menor escolaridade, intensificando os deslocamentos populacionais intermunicipais. No entanto, a excessiva dependência dessa atividade para as receitas indiretas⁶ dos pequenos municípios mostra-

⁵ Com destaque para grupos de capital português e espanhol.

⁶ Principalmente na cota do ICMS e na cota do fundo de compensação das exportações (SAMPAIO et al, 2006).

se prejudicial quando ocorrem interdições na produção das fazendas decorrente de doenças virais, como vem ocorrendo em alguns estados brasileiros.

A produção petrolífera também se destaca, pontualmente, nos estados do Rio Grande do Norte (no município de Mossoró), no Sergipe (exploração em terra, no município de Carmópolis), nos estados de Alagoas e Bahia.

Por outro lado, o estado do Ceará se destaca regionalmente pelas emancipações (14 novos municípios) que ocorreram nas últimas duas décadas, impulsionadas, principalmente, pela exploração turística e imobiliária de sua costa. Entre eles estão Amontoada, Barroquinha, Itarema, Jijoca de Jerocoacara, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante.

Portanto, a diversificação econômica e demográfica desse segmento da costa brasileira está condicionada, primordialmente, pela urbanização, exploração turística e imobiliária, e, pontualmente, pela carcinicultura e produção petrolífera.

Segmento costeiro do Espírito Santo ao litoral norte do Rio de Janeiro

Os municípios desse setor da zona costeira apresentam baixas densidades de ocupação no norte capixaba, decorrentes das grandes extensões territoriais e da economia estar baseada na agricultura e pecuária extensiva, no cultivo florestal (município de Aracruz) e na produção petrolífera em terra (em Linhares, São Mateus e Jaguaré). As maiores taxas demográficas ocorreram nas sedes desses municípios que concentram outras atividades complementares como comércio e serviços.

No entanto, as maiores transformações ocorreram no norte fluminense a partir da exploração petrolífera em águas profundas na Bacia de Campos, no final da década de 1980, quando ocorreu significativo fluxo migratório de sentido rural-urbano, agravado pela crise no setor sucroalcooleiro da região. Os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes se destacam, em relação aos outros municípios do norte fluminense, pelas densidades de ocupação e por concentrarem as atividades econômicas ligadas à exploração de petróleo e gás natural.

No período 1991-2000, os municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento demográfico foram Armação de Búzios, Rio das Ostras, Iguaba Grande, Cabo Frio e Macaé, onde houve maior dinamismo das atividades turísticas e de veraneio, além das emancipações municipais recentes dos três primeiros citados.

Por outro lado, as maiores perdas populacionais ocorreram em São João da Barra, município vizinho a Campos de Goytacazes, devido à polarização regional

que este exerce com a maior concentração das atividades econômicas urbanas. Esse fato tende a arrefecer frente os investimentos recentes na construção do complexo portuário Porto do Açu, empreendido pelo Grupo EBX do setor minerosiderúrgico, no município de São João da Barra.

Segmento do litoral sul do Rio de Janeiro até o litoral norte do Rio Grande do Sul

Nas últimas duas décadas, o dinamismo demográfico e econômico desse segmento da costa brasileira foi surpreendente. A maioria dos municípios apresenta densidades médias de ocupação (de 50 a 200 hab/km²) e taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano.

Os principais fatores condicionantes para essa configuração espacial foram a urbanização, a reestruturação produtiva, a exploração turística e imobiliária, as emancipações municipais e os fluxos migratórios intra-regionais e intra-estaduais. A análise espacial das taxas demográficas no período 1991-2000 indica uma expansão da urbanização a partir das regiões metropolitanas estaduais, em direção aos municípios costeiros, configurando núcleos urbanos que se estendem longitudinalmente à costa por centenas de quilômetros.

No litoral sul fluminense destaca-se a urbanização do município de Itaguaí, devido à reestruturação produtiva em andamento na Baía de Sepetiba, com a modernização e ampliação do pólo siderúrgico e da rede logística de transporte do Porto de Itaguaí. Da mesma forma, Angra dos Reis e Mangaratiba apresentam investimentos importantes no setor naval, energético e turístico, atraindo fluxos migratórios provenientes da região metropolitana e do interior do Rio de Janeiro.

No litoral paulista, as taxas demográficas elevadas da maioria dos municípios devem-se à disseminação da urbanização a partir da região metropolitana da Baixada Santista, à exploração turística e imobiliária e, pontualmente, às emancipações municipais de Bertioga (litoral norte) e Ilha Comprida (litoral sul).

A exuberante paisagem natural remanescente da Mata Atlântica vem sendo promovida pelos municípios, a partir da institucionalização das Áreas de Preservação Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe e de Ilha Comprida, na década de 1990. Uma série de hotéis de luxo, condomínios horizontais e loteamentos para fins de segunda residência foram implantados no litoral sul do estado, atraindo contingentes populacionais para postos de trabalho no setor de comércio e serviços.

Da mesma forma, no estado do Paraná, a ocupação urbana contínua a partir de Paranaguá em direção aos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, tem como principais condicionantes a promoção turística e imobiliária para fins de segunda residência, destacando-se a implantação de marinas, condomínios horizontais em áreas de mangues e de restingas, nas margens dos rios Boguaçu Mirim e Itiberê.

Segundo Deschamps et al (2000), os maiores contingentes de imigrantes recentes localizam-se nos setores de menor renda dos municípios de Matinhos e Guaratuba. A proximidade da faixa litorânea com a região metropolitana de Curitiba acaba por funcionar como um destino complementar na opção dos fluxos migratórios.

No caso dos municípios do litoral de Santa Catarina, as taxas de crescimento demográfico também são muito significativas, conformando uma extensa ocupação com características nitidamente urbanas, principalmente ao norte da região metropolitana de Florianópolis com as conurbações formadas por Barra Velha, Penha e Piçarras; Navegantes e Itajaí; Balneário Camboriú e Camboriú; Itapema, Porto Belo e Bombinhas. Além da exploração turística e imobiliária, destacam-se como principais condicionantes a atividade pesqueira, a aquicultura e as indústrias naval e da construção.

No litoral sul catarinense as taxas de crescimento demográfico são menos expressivas em Paulo Lopes, Laguna, Jaguaruna e Araranguá, embora os municípios de Garopaba, Imbituba e Içara se destaquem com taxas superiores a 3% ao ano. Os vetores principais para a ocupação do litoral sul catarinense são o desenvolvimento urbano, impulsionado pelo turismo e indústria da construção civil, a atividade pesqueira e a carcinicultura (em Laguna, Imaruí e Imbituba).

No litoral norte do Rio Grande do Sul destacam-se, nas últimas duas décadas, o desenvolvimento urbano e a promoção imobiliária nos principais municípios da região (Tramandaí, Capão da Canoa e Torres), as emancipações municipais de antigos balneários para fins de segunda residência (Arroio do Sal, Xangri-lá, Imbé, Balneário Pinhal, Cidreira) e outros com perfil eminentemente rural como Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Terra de Areia.

Segundo Strohaecker (2007), os fluxos migratórios para a região tem origem principalmente na própria região metropolitana de Porto Alegre (50,31%) e no interior do estado (36,89%) tendo como destino preferencial os municípios de perfil urbano, com destaque para o empreendedores de pequeno porte e não qualificados profissionalmente. A relativa densidade de população permanente nos municípios

litorâneos reforça o caráter disseminador da urbanização a partir da região metropolitana de Porto Alegre. Portanto, os processos de urbanização, emancipações municipais, migração, promoção imobiliária e o empreendedorismo são os principais fatores para a dinâmica demográfica do litoral norte gaúcho.

Segmento do litoral médio e sul do Rio Grande do Sul

A porção meridional da zona costeira brasileira apresenta baixas densidades de ocupação decorrentes das grandes extensões dos territórios municipais, das atividades econômicas que requerem grandes áreas para se desenvolverem (orizicultura irrigada, cultivo florestal, agricultura e pecuária extensiva) e à precariedade dos acessos terrestres na restinga que separa a Laguna dos Patos da costa litorânea. Nesse setor costeiro existem importantes unidades de conservação como o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, nos municípios de Mostardas e Tavares, e a Reserva do Taim, no município de Rio Grande. Os municípios que apresentam taxas demográficas significativas são Rio Grande e Pelotas, devido às funções polarizadoras que exercem na região sul do estado como as atividades portuário-industriais e de comércio e serviços.

Considerações Finais

A partir da análise espacial comprovou-se que as taxas mais altas de crescimento populacional correspondem, em sua maioria, às periferias das regiões metropolitanas e aos distritos rurais que fazem limite com os perímetros urbanos. Essas constatações revelam o caráter difusor da urbanização, incorporando gradativamente novos espaços à lógica mercantilista de parcelamento da terra para fins urbanos.

As 16 regiões metropolitanas concentram 76,87% da população total residente na zona costeira, por isso constituem-se nas áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, indicando a necessidade de políticas públicas integradoras e complementares no aporte de recursos.

Com a investigação constatou-se a ampliação do contingente populacional residindo em áreas urbanas nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, devido às migrações de caráter urbano-urbano, sobretudo dentro das próprias regiões e ao maior dinamismo econômico dos setores secundário e terciário.

Os vários indicadores levantados ao longo do trabalho confirmam que os principais vetores de desenvolvimento recente são: a urbanização, a reestruturação

produtiva, a exploração turística, decorrentes de fatores históricos, econômicos, políticos e culturais, demarcando a ocupação e a valorização diferenciada da zona costeira brasileira.

Referências

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP:ANPUR, 2003.

COELHO, M. do S. A. A segunda habitação: reflexões sobre a expansão da metrópole do Rio de Janeiro. In: **Caderno de Geociências**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, p. 1-71, 1988.

DESCHAMPS, M.V... [et al.] Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Caxambú, **Anais...** Caxambú: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/xii_encontro_nacional_de_estudos_populacionais/trabalhos_apresentados>. Acesso em: 18 out. de 2008.

LIMONAD, E. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, 9, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocritic/9porto/esterlim.htm>>. Acesso em: 03 jan. de 2009.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

SEABRA, O. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SILVA, A.B. da; GOMES, R. de C. da C. Dinâmica e organização do espaço metropolitano de Natal/RN: uma leitura a partir do setor terciário. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, 9, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocritic/9porto/ritsil.htm>>. Acesso em: 06 jun. de 2007.

SOUZA JR. X. S. de S. de. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa – PB. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, v. IX, n.194(116), ago. 2005. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocritic/sn/sn194-116.htm>>. Acesso em: 15 dez. de 2008.

SPOSITO, E.S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, 9, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocritic/9porto/espos.htm>>. Acesso em: 03 dez. de 2008.

STROHAECKER, T. M. **A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências). Curso de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 2 V. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/bibliotecadigital/tesesdissertacoes>>. Acesso em: 20 jan. de 2009.